



Bruxelas, **XXX**  
[...](2019) **XXX** draft

**REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO**

**de **XXX****

**que altera os Regulamentos (UE) n.º 702/2014, (UE) n.º 717/2014 e (UE) n.º 1388/2014,  
no que se refere ao respetivo período de aplicação**

(Texto relevante para efeitos do EEE)

# REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO

de **XXX**

**que altera os Regulamentos (UE) n.º 702/2014, (UE) n.º 717/2014 e (UE) n.º 1388/2014,  
no que se refere ao respetivo período de aplicação**

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 108.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2015/1588 do Conselho, de 13 de julho de 2015, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais<sup>1</sup>, nomeadamente o artigo 1.º, n.º 1, e o artigo 2.º, n.º 1,

Após publicação de um projeto do presente regulamento, em conformidade com o artigo 6.º e o artigo 8.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2015/1588<sup>2</sup>,

Após consulta do Comité Consultivo em matéria de auxílios concedidos pelos Estados,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento de Execução (UE) n.º 702/2014<sup>3</sup> é aplicável até 31 de dezembro de 2020.
- (2) Em 8 de setembro de 2018, a Comissão iniciou uma revisão do Regulamento (UE) n.º 702/2014, a fim de o substituir por um novo regulamento para o período de 2021 a 2027. Contudo, encontram-se ainda em fase de revisão outros instrumentos legislativos pertinentes à avaliação dos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais, em particular as normas aplicáveis ao apoio ao desenvolvimento rural financiado ao abrigo da política agrícola comum (PAC). De singular relevância é a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que define regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da PAC<sup>4</sup>, cuja adoção está prevista para o início de 2020, a fim de permitir que os Estados-Membros comecem a aplicar os seus planos estratégicos a partir de 1 de janeiro de 2021.

---

<sup>1</sup> JO L 248 de 24.9.2015, p. 1.

<sup>2</sup> JO C [...].

<sup>3</sup> Regulamento (UE) n.º 702/2014 da Comissão, de 25 de junho de 2014, que declara certas categorias de auxílios no setor agrícola e florestal e nas zonas rurais compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (JO L 193 de 1.7.2014, p. 1).

<sup>4</sup> Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que define regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da política agrícola comum (planos estratégicos da PAC) e financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2018)392 final].

- (3) Porém, o processo legislativo para a adoção dos futuros regulamentos da PAC encontra-se ainda pendente, pelo que os atos de base, assim como os atos delegados e de execução subsequentes, não serão adotados a tempo de a nova legislação se aplicar a partir de 1 de janeiro de 2021. Por conseguinte, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram o Regulamento [.../...] <sup>5</sup>, que estabelece determinadas disposições transitórias, para assegurar a continuidade do apoio da PAC nas condições do quadro jurídico vigente para além de 31 de dezembro de 2020, nomeadamente até 31 de dezembro de 2021.
- (4) O início da aplicação da nova legislação da PAC e o das normas revistas em matéria de auxílios estatais devem ser simultâneos. Importa, por conseguinte, prorrogar até 31 de dezembro de 2021 o período de aplicação do Regulamento (UE) n.º 702/2014.
- (5) Os Regulamentos (UE) n.º 717/2014 <sup>6</sup> e (UE) n.º 1388/2014 da Comissão <sup>7</sup> caducarão, igualmente, em 31 de dezembro de 2020.
- (6) Em 29 de abril de 2019 e 2 de maio de 2019, respetivamente, a Comissão iniciou uma revisão dos Regulamentos (UE) n.º 717/2014 e (UE) n.º 1388/2014, a fim de os substituir por novos regulamentos para o período de 2021 a 2027. Esses regulamentos devem manter-se coerentes e compatíveis com outras normas aplicáveis à apreciação dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura, em particular com o Regulamento relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) <sup>8</sup>. Todavia, este último regulamento encontra-se ainda em fase de adoção <sup>9</sup>. Importa, por conseguinte, prorrogar o período de aplicação dos Regulamentos (UE) n.º 717/2014 e (UE) n.º 1388/2014 até 31 de dezembro de 2021, a fim de permitir que a sua revisão seja concluída posteriormente à adoção do Regulamento relativo ao FEAMP.
- (7) Sendo prorrogado o período de aplicação dos Regulamentos (UE) n.º 702/2014 e (UE) n.º 1388/2014, alguns Estados-Membros podem pretender prorrogar medidas sobre as quais tenham sido apresentadas informações resumidas, em conformidade com o disposto nesses regulamentos. A fim de reduzir os encargos administrativos, importa estabelecer que as informações sintéticas relativas à prorrogação dessas medidas, inclusivamente a um eventual reforço do orçamento, devem ser consideradas como

---

<sup>5</sup> Regulamento [.../...] do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece determinadas disposições transitórias para o apoio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) em 2021 e que altera os Regulamentos (UE) n.º 228/2013, (UE) n.º 229/2013 e (UE) n.º 1308/2013 no respeitante aos recursos e à sua distribuição em relação ao exercício de 2021, bem como os Regulamentos (UE) n.º 1305/2013, (UE) n.º 1306/2013 e (UE) n.º 1307/2013 no respeitante aos seus recursos e à sua aplicabilidade em 2021 (OJ L [...]).

<sup>6</sup> Regulamento (UE) n.º 717/2014 da Comissão, de 27 de junho de 2014, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* no setor das pescas e da aquicultura (JO L 190 de 28.6.2014, p. 45).

<sup>7</sup> Regulamento (UE) n.º 1388/2014 da Comissão, de 16 de dezembro de 2014, que declara determinadas categorias de auxílios a empresas ativas na produção, transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (JO L 369 de 24.12.2014, p. 37).

<sup>8</sup> Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 2328/2003, (CE) n.º 861/2006, (CE) n.º 1198/2006 e (CE) n.º 791/2007 do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1255/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 149 de 20.5.2014, p. 1).

<sup>9</sup> Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e que revoga o Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2018) 390 final].

tendo sido comunicadas à Comissão e publicadas, desde que não tenham sido objeto de alterações substanciais.

- (8) Os Regulamentos (UE) n.º 702/2014, (UE) n.º 717/2014 e (UE) n.º 1388/2014 devem, por conseguinte, ser alterados em conformidade,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

### *Artigo 1.º*

#### *Alterações ao Regulamento (UE) n.º 702/2014*

O Regulamento (UE) n.º 702/2014 é alterado do seguinte modo:

- (1) Ao artigo 9.º, é aditado o seguinte n.º 8:
- «8. A título de exceção ao disposto nos n.ºs 1, 2 e 6, caso um Estado-Membro pretenda prorrogar medidas relativamente às quais tenham sido apresentadas informações sintéticas à Comissão, considera-se que essas informações foram comunicadas à Comissão e publicadas, desde que não sejam efetuadas alterações substantivas às medidas em causa, além de um reforço do orçamento.»;
- (2) No artigo 52.º, o segundo parágrafo passa a ter a seguinte redação:
- «O presente regulamento é aplicável até 31 de dezembro de 2021.»

### *Artigo 2.º*

#### *Alterações ao Regulamento (UE) n.º 717/2014*

No artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 717/2014, o segundo parágrafo passa a ter a seguinte redação:

«O presente regulamento é aplicável até 31 de dezembro de 2021.»

### *Artigo 3.º*

#### *Alterações ao Regulamento (UE) n.º 1388/2014*

O Regulamento (UE) n.º 1388/2014 é alterado do seguinte modo:

- (1) É aditado o seguinte artigo 11.º-A:
- «Artigo 11.º-A
- Isenção dos requisitos de informação e de publicação
- A título de exceção ao disposto no artigo 9.º, n.º 5, e no artigo 11.º, alínea a), caso um Estado-Membro pretenda prorrogar medidas relativamente às quais tenham sido apresentadas informações sintéticas à Comissão, considera-se que essas informações foram comunicadas à Comissão e publicadas, desde que não sejam efetuadas alterações substantivas às medidas em causa, além de um reforço do orçamento.»;
- (2) No artigo 47.º, o segundo parágrafo passa a ter a seguinte redação:
- «O presente regulamento é aplicável até 31 de dezembro de 2021.»

*Artigo 4.º*

*Entrada em vigor*

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em

*Pela Comissão*  
*A Presidente*  
[\[...\]](#)